A HISTÓRIA POLÍTICA DA IMPRENSA DE MARIA HELENA CAPELATO

The political history of the press by Maria Helena Capelato

Otávio Daros*

Recebido em: 22/04/2025
Aprovado em: 22/05/2025

Resumo: Este artigo trata da contribuição historiográfica de Maria Helena Capelato, uma das pioneiras na pesquisa em história sobre a imprensa no Brasil. A análise baseia-se no conjunto da sua obra, incluindo suas parcerias com Carlos Guilherme Mota e Maria Ligia Prado. Interessa compreender que ideia de jornalismo emerge da sua investigação, bem como quais são suas inovações e limitações. Uma das constatações é de que o seu projeto, apesar da base erudita e do rigor metodológico, supervaloriza o exame dos editoriais, ao mesmo tempo que demonstra pouca abertura para ir além de uma concepção do jornalismo como instrumento político-ideológico, para fins de intervenção e manipulação da opinião pública.

Palavras-chave: História e historiografia da imprensa; Maria Helena Capelato; Ideologia liberal; Jornalismo político.

Abstract: This article discusses the historiographical contribution of Maria Helena Capelato, one of the pioneers in historical research on the press in Brazil. The analysis focuses on the complete work of the historian, including her partnerships with Carlos Guilherme Mota and Maria Ligia Prado. It is important to understand what idea of journalism emerges from her research, as well as what its innovations and limitations are. One of the arguments is that her project, despite of its erudition and methodological accuracy, overestimates the role of editorials, at the same time that it closes off the conception of journalism as a political-ideological instrument to manipulate and intervene in public opinion.

Keywords: History and historiography of the press; Maria Helena Capelato; Liberal ideology; Political journalism.

* Pesquisador de Pós-Doutorado e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Autor do livro *História e Conhecimento do Jornalismo no Brasil* (Insular, 2024), entre outros.

Introdução

Sergio Guerra Vilaboy (2007) argui que a repercussão do marxismo foi muito posterior na América Latina em comparação à Europa, pois as ideias de Marx e Engels não encontraram terreno fértil no continente ao longo do século XIX, o que se explicaria sobretudo pelo baixo nível de desenvolvimento socioeconômico latino-americano, determinado pelo lento avanço capitalista. O marxismo começaria a se enraizar vagarosamente nos países do Cone Sul a partir das primeiras décadas do século XX. Também surgida tardiamente por aqui, a historiografia marxista teria se caracterizado pela intenção de aplicar os postulados fundamentais do pensamento marxiano à história da América Latina.

Mas foi somente na segunda metade do século passado que o marxismo de fato permeou a produção historiográfica regional. No Brasil, as obras que inauguraram a tradição são atribuídas a Caio Prado Júnior (1907-1990) e Nelson Werneck Sodré (1911-1999), este último que como historiador de ofício deixou notável contribuição para o estudo dos impressos. Para o autor de *História da imprensa no Brasil* (1966), enquanto instituição formada do desenvolvimento da sociedade capitalista, a imprensa não pode ser estudada em si mesma, visto que "os jornais não têm sentido em si mesmos, este é função das injunções políticas e econômicas; eles são meios de luta pela e de esclarecimento da opinião, tendo um aspecto libertário que, todavia, às vezes é virado ao contrário, dependendo dos grupos que comandam a época" (RÜDIGER; DAROS, p. 19-20, 2020).

Pode-se dizer que as interpretações de Werneck Sodré e de Caio Prado contribuíram, cada uma à sua maneira, para a transição do dogmatismo marxista-leninista a um marxismo mais refinado, presente nas revisões críticas dos estudiosos universitários, já nas décadas de 1960 e 1970 (REIS, 1999). Dialogando criticamente com a historiografia marxista uspiana, um dos trabalhos mais importantes deste período é o de Carlos Guilherme Mota (1941*) — *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)* (1977) — apresentado como tese

livre-docência. Sob esta orientação, outros vieram a agregar ao campo de história das ideologias políticas da cultura brasileira, a exemplo de *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"* (1980), escrito por Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado.

Este artigo se ocupa especificamente da contribuição dada por aquela primeira historiadora, que pode ser considerada uma das mulheres pioneiras na pesquisa histórica da imprensa brasileira, ao lado de outras colegas.[1] Enquanto Maria Ligia Prado notabilizou-se como especialista em história da América Latina (ver, por exemplo, PRADO, 1999), Maria Helena Capelato, antes de seguir caminho semelhante, deu continuidade aos estudos históricos com enfoque na ideologia da imprensa paulista.

Começamos, então, por expor a trajetória e produção intelectual da autora, levando em conta o conjunto da sua obra — livros, capítulos em coletâneas, artigos em periódicos, além de entrevistas concedidas. Em seguida, analisamos sua metodologia de pesquisa e os achados empíricos obtidos por meio de seus estudos históricos, cujo objeto de investigação seja o jornalismo. Nosso objetivo é compreender que ideia de jornalismo emerge da sua prática de pesquisa, bem como quais seriam suas possíveis inovações teórico-metodológicas e limitações analíticas, ao longo dessas quatro décadas de atividade.

Metodologicamente falando, o presente trabalho dialoga com a história intelectual e a história da historiografia, no sentido de se ocupar com a reconstrução, ou revisão e análise, do "pensamento histórico" expresso na forma de "pesquisa histórica", como diz Jörn Rüsen (2001, p. 14-140). O ponto de partida de tal empreitada foi o fichamento dos diferentes materiais que compõem a obra e o percurso intelectual da autora que é objeto de estudo. E em um segundo momento, a investida em uma análise do tipo imanente, isto é, focada nos

[1] Em âmbito universitário, por uma questão geracional, poder-se-ia situar antes talvez a acadêmica luso-brasileira Maria Beatriz Nizza da Silva, autora de *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brazil* (1978). No mesmo ano, também docente da USP, mas da Escola de Comunicações e Artes, registra-se a contribuição igualmente importante de Maria Nazareth Ferreira, *A imprensa operária no Brasil (1880-1920)*.

CC BY

desenvolvimentos e questões apresentadas pela acadêmica ao trabalhar com o tema da imprensa periódica.

Quanto à história intelectual, o desafio é pensar as ideias não em sua abstração, mas como produto da trajetória do ator como um agente histórico e situar suas contribuições acadêmicas no contexto geográfico e sociocultural. Neste caso, o da América Latina, onde como se sabe "algumas universidades que desempenharam um papel importante na formação de especialistas em ciências sociais e disciplinas humanísticas nos seus países foram criadas no século XX" (ALTAMIRANO, 2010, 13-24). E em uma época, na qual pesquisadoras mulheres eram exceção em instituições de ensino superior, mesmo nas mais prósperas como a Universidade de São Paulo, fosse no ramo da história ou em áreas correlatas (ver SPIRANDELLI, 2011).

O presente estudo faz parte de uma pesquisa maior sobre a história da historiografia da imprensa no Brasil, cujo projeto foi desenvolvido originalmente em nível de doutoramento, e os resultados anteriores se encontram publicados na forma de artigos e livros.[2]

Trajetória e obra da historiadora

Maria Helena Capelato (1945*) graduou-se em história pela USP, em 1971. Ainda em um contexto marcado pela ditadura militar — mas nem por isso menos influenciado intelectualmente pelo marxismo (LAHUERTA, 2010) —, obteve os títulos de mestre, em 1974, e de doutora, em 1986, ambos sob tutela de Carlos Guilherme Mota, no programa de história social da mesma instituição. Neste meio-tempo, pós-graduou-se em política e economia na Universidade Sorbonne Nouvelle (Paris III, Université Sorbonne Nouvelle) e na Escola de Estudos

[2] Além do livro *História e conhecimento do jornalismo no Brasil* (Insular, 2024), trabalhos soltos saíram pelas revistas *História da Historiografia* ("O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a historiografia oitocentista da imprensa"), *Varia História* ("Características da imprensa periódica como fonte histórica"), *História Oral* ("A imprensa pela perspectiva da história oral: a contribuição de Alzira Alves de Abreu"), *Luso-Brazilian Review* ("Todo publicista era um jornalista? A contribuição de Isabel Lustosa para a história da imprensa na Independência"), e *E-Compós* ("A história cultural da imprensa de Marialva Barbosa").

CC BY

Avançados em Ciências Sociais (EHESS, École des Hautes Études en Sciences Sociales), na França, destino de exílio de inúmeros intelectuais latino-americanos na época (SILVA, 2007).

De volta ao Brasil, Capelato retornou à USP, sendo contratada como professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, em meados da década de 1980. Sua primeira obra, *O bravo matutino* (1980), se trata de uma parceria com a colega de mestrado Maria Ligia Prado. O projeto original era de pesquisar a imprensa anarquista, cujo interesse foi despertado durante o trabalho de organização de acervo documental com a professora Ana Maria Camargo, desbravadora dessa área com a tese *A imprensa periódica como objeto de instrumento de trabalho: catálogo da Hemeroteca Júlio Mesquita do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (1976), orientada por Maria Beatriz Nizza da Silva. No entanto, a então estudante foi convencida por seu orientador da importância de estudar a "grande imprensa", em vez daquela descrita como "imprensa nanica", sugerindo-lhe inclusive o periódico a ser abordado: *O Estado de S. Paulo*.

Capelato ficou encarregada de levantar os editoriais publicados de 1927 a 1932, enquanto Prado, de 1932 a 1937. Naquela altura, "nem se cogitava sobre a possibilidade de se digitalizar os jornais e nem tirar xerox era permitido, então nossa pesquisa era feita a partir da leitura dos exemplares antigos, depositados no arquivo" do órgão de imprensa, onde se lia e copiava o conteúdo em fichas (CAPELATO, 2016, p. 191). Adicionando que:

> A experiência foi muito interessante, porque, naquela época, *a imprensa não era bem aceita como uma fonte/objeto válido para o trabalho do historiador* e, além disso, havia uma divisão temporal – tácita: *a temporalidade do historiador ia até os anos 1920*, e, dessa década em diante, a "reserva de mercado" era dos sociólogos, cientistas políticos, economistas (CAPELATO, 2016, p. 190-191, grifo nosso).

As pesquisadoras evidenciaram que as ideias de que se valiam os ditos representantes liberais do *O Estado de S. Paulo*, na verdade, carregavam componentes ideológicos alinhados ao conservadorismo e, por vezes, ao autoritarismo, buscando agir sobre a opinião pública com estas convicções. "A recepção da pesquisa foi um pouco conturbada, porque apresentamos uma perspectiva crítica à ideologia do jornal, demonstrando até mesmo que os liberais de OESP eram racistas". Quando a dissertação foi publicada em livro, até Carlos Guilherme Mota, "que frequentava o jornal, foi declarado persona *non grata* (risos) e eu fiquei para todo sempre numa lista negra da imprensa paulista" (CAPELATO, 2016, p. 191).

Exageros à parte, como veremos abaixo, a análise dedicada à ideologia liberal dos jornais foi ampliada para a tese doutoral, intitulada *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945* (1989). Um número maior de diários foi levantado, e o período de documentação foi estendido até 1945. A conclusão a que chegou foi de que os jornais foram cooptados pelo Estado Novo, à medida que reproduziram os discursos de Getúlio Vargas e, dessa maneira, favoreceram a manutenção do regime autoritário, impedindo a circulação de opiniões dissonantes ao governante.

No doutoramento, a historiadora até tentou retomar o tema da imprensa anarquista. Sua proposta consistia em comparar as publicações brasileiras e argentinas. Aproveitou da estadia na Europa, durante a ditadura brasileira, para realizar "ampla pesquisa desses jornais que estavam depositados num instituto de pesquisa em Amsterdam, o Instituto Internacional de História Social de Amsterdam, que continha uma documentação importante, oriunda de vários países da América Latina". Porém, quando retornou a São Paulo com o montante de jornais anarquistas fotocopiados, constatou "que essa documentação tinha sido digitalizada e depositada no Arquivo Edgard Leuenroth", em Campinas, o que "despertou grande interesse dos pesquisadores da Unicamp e vários alunos de pós-graduação já tinham definido como tema de pesquisa os jornais anarquistas" (CAPELATO, 2016, p. 192).

A decisão da pesquisadora foi então retornar à temática da grande imprensa, aprofundando sua crítica da associação do liberalismo ao autoritarismo, o que se vê em seu livro-tese, mas não em *História da Folha de S. Paulo, 1921-1981* (1980), obra escrita em parceria com Carlos Guilherme Mota, a convite de Otávio Frias Filho[3]. Aqui o foco de atenção recai sobre os dirigentes que teve o jornal: Olival Costa e Pedro Cunha (1921-1931), Octaviano Alves de Lima (1931-1945), José Nabantino Ramos (1945-1962), até a compra da empresa por Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho (1962 em diante). Para cada período, o jornal foi examinado por Mota e Capelato em duas dimensões: a empresarial e a editorial. No primeiro nível, eles estudaram o perfil ideológico dos grupos que haviam estado na direção do periódico, enquanto no outro, voltaram-se ao estudo propriamente do conteúdo, levando em consideração os artigos de jornalistas e colaboradores.

Quando concluiu o doutorado, Capelato já atuava como professora na área de história das Américas. A aproximação com a disciplina ocorreu por influência de Maria Ligia Prado, que havia sido contratada primeiramente para lecionar a matéria na USP. Além de ministrar aulas sobre história das Américas, com destaque para América Latina no século XIX, foi ela quem "criou um grupo de estudos envolvendo alunos de graduação, que acabaram fazendo mestrado e doutorado nessa área, orientados pela mestra" (CAPELATO, 2016, p. 194). Filiada a este grupo de trabalho, dedicou-se ao ensino e à pesquisa histórica sobre os países do Cone Sul.

Atendendo ao compromisso intelectual que lhe exigia a posição acadêmica, Capelato enquadrou sua pesquisa dentro desse contexto, sem abdicar de seu interesse pelo estudo das ideologias expostas pela imprensa. Sua tese de livre-docência consistiria, inicialmente, em análise comparativa das ideias autoritárias que sustentaram os regimes de Getúlio Vargas e Juan Domingo

[3] Otávio Frias Filho (1957-2018) foi por décadas diretor de redação da *Folha de S. Paulo*, jornal adquirido em 1962 por seu pai, Octávio Frias de Oliveira, em sociedade com o empresário Carlos Caldeira Filho. Atribui-se a Frias Filho mérito na condução de uma série de reformas que modernizaram o diário, fazendo deste um modelo no jornalismo de referência brasileiro.

CC BY

Perón. Entretanto, ao desembarcar em Buenos Aires, em 1988, para coletar material para o exame, se deparou com a campanha presidencial de Carlos Menem, tendo ficado surpresa com a propaganda do candidato, "que recuperava a imagem de Perón de uma forma que me parecia grotesca, em um período em que a publicidade comercial e política já se tornara muito sofisticada no Brasil" (CAPELATO, 2017, p. 12).

O enfoque do estudo recaiu então nas propagandas políticas do peronismo e do varguismo. Se no mestrado e no doutorado os jornais foram objeto e fonte de investigação, a pesquisa desta vez abrangeu livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio, fotografias, documentários e filmes. Neste conjunto levantado, a imprensa e o rádio apareceram como os principais veículos de propaganda. A tese de livre-docência resultou no livro *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo* (1998).

É verdade, entretanto, que nem todos os seus trabalhos compõem estudos monográficos. A autora também entregou contribuições metodológicas para a escrita da história da imprensa, notadamente em *A imprensa e história do Brasil* (1988). Parte-se do entendimento de que existem mudanças significativas em relação ao uso da imprensa enquanto material de estudo pelos historiadores contemporâneos. Inicialmente, sendo tratada predominantemente como fonte de investigação, depois também como objeto. Para a historiadora da USP, o estudo jornalístico se justificaria, visto que a imprensa se tornou uma instituição singular no decorrer da modernidade, por ser uma instituição pública e privada, sendo um instrumento político de intervenção na vida social.

Seus trabalhos posteriores, de artigos a coletâneas de livros, reforçam essa concepção política sobre os grandes jornais diários, ao mesmo tempo que apresentam síntese dos achados históricos obtidos nas análises anteriores, como se verá a seguir.

Metodologia para a pesquisa em história da imprensa

CC BY

Não só segundo Capelato, os historiadores brasileiros por muito tempo deram pouca importância à imprensa como objeto de pesquisa, na medida em que se restringiram a usá-la como fonte confirmadora de análises apoiadas em documentação de natureza oficiosa e administrativa, como solicitava a tradição historiográfica, até a primeira metade do século XX. Havia aqueles que desprezaram o jornal-documento por considerá-lo "fonte suspeita", bem como aqueles que enalteceram por visualizá-lo como "repositório da verdade" (CAPELATO, 1988/1994, p. 21). Nesta segunda perspectiva historiográfica, o jornal-documento era reputado como "sacrário do templo dos fatos", um relato fidedigno dos acontecimentos. O desafio consistia, então, em "elaborar rigorosa crítica do documento para verificar se a fonte era válida e para comprovar sua autenticidade e veracidade" (CAPELATO, 2015, p. 114).

Embora distintas, as duas posturas foram problematizadas pela historiadora, uma vez que, para ela, "o jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade" (CAPELATO, 1988/1994, p. 21). Com base nisso, caberia "averiguar se ela é verdadeira, como foi interpretada pelo jornalista-repórter e exposta no jornal, além de considerar os artifícios que fazem parte da diagramação, como a escolha do local destinado à notícia de forma a dar destaque ao assunto ou diminuir sua importância" (CAPELATO, 2015, p. 131-132).

Tornar-se-ia necessário investir em um tipo de análise histórica que abordasse, de modo crítico, a imprensa simultaneamente como fonte e objeto de investigação. Uma abordagem que fosse capaz de dar conta de examinar os aspectos do jornal como instituição pública, mas também como empreendimento privado dirigido por sujeitos com interesses particulares. Ainda, que revelasse a dimensão ideológica do noticiário que orienta a massa de indivíduos – uma preocupação que predominou nas suas obras iniciais, vindo a ser relativizada por outras perspectivas nos textos metodológicos mais recentes[4].

[4] De lá para cá, a literatura metodológica sobre o assunto muito se enriqueceu e se diversificou, não só a partir de Capelato, mas notadamente de outros historiadores, a destacar: Tania Regina

CC BY

A primeira proposição metodológica está ligada, especialmente, à visão de que os jornais são elementos de intervenção na vida social e, assim, são importantes instrumentos políticos, por vezes usados para manipular a opinião pública nacional. Vê-los por essa ótica marxista seria uma maneira de superar aquela perspectiva inocente, que tratava os jornais como meros veículos informativos, desprovidos de ideologia política. Tratar-se-ia de desmistificar a imprensa liberal enquanto categoria abstrata, "fazendo emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social" (CAPELATO, 1988/1994, p. 21), enquanto produtores de um conjunto de representações do sistema capitalista, cuja função é a de legitimar as formas de dominação social.

Para além da orientação teórica marxista, Capelato demonstrou identificação com a perspectiva que marcou a terceira geração dos Annales, movimento historiográfico surgido na França, entre as décadas de 1920 e 1930. Seus herdeiros como Jacques Le Goff e Pierre Nora, precursores da chamada nova história nos anos 1970, contribuíram para a transformação da relação entre o pesquisador e as fontes históricas. Embora necessária, a distinção entre o relato falso e verdadeiro foi sendo paulatinamente encarada de outro modo não só por eles, mas também por filósofos a exemplo de Michel Foucault. A partir deles, "o documento falso passou a ser considerado um documento histórico tão relevante quanto o 'verdadeiro', cabendo averiguar por qual motivo e como foi produzido" (CAPELATO, 2015, p. 115).

Essa visão denota a influência que passaram a ter as teorias pós-estruturalistas oriundas da filosofia e da linguística, mais até do que da historiografia marxista clássica. Conciliando as agendas, para a historiadora, analisar um jornal como fonte e objeto exige que se tenha uma atitude de avaliação crítica desse documento, o que implica em sua desconstrução, como pensava Foucault. Nesse processo de desconstrução do documento, "devem-se

de Luca (2005), Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007), até mais recentemente, José d'Assunção Barros (2023).

CC BY

considerar as circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores". Na condição de fonte histórica, a imprensa pode ser tomada como registro da "vida cotidiana de uma sociedade em seus múltiplos aspectos, o que permite ao historiador compreender como viveram os indivíduos de outras épocas, não só os 'ilustres', mas também os sujeitos anônimos" (CAPELATO, 2015, p. 115).

Já na condição de objeto de estudo, a imprensa pode ser examinada por desempenhar "um papel político relevante na transformação das instituições de poder" (CAPELATO, 2015, p. 122). Ou ainda, "a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social" (CAPELATO; PRADO, 1980, p. xix). Isso, porque, a partir da formação dos Estados liberais, a imprensa se constituiu como instituição pública de destaque, à medida que adquiriu condição de intermediária entre o governo e os cidadãos, sendo idealmente expressão da opinião pública. No entanto, com a modernização dos jornais, eles se transformaram também em empresas comerciais, firmando-se como instituições privadas, comprometidas com seus próprios interesses econômicos e políticos. Por este ângulo, antes de se comportarem como intérpretes da opinião pública, eles seriam seus manipuladores.

Tamanha ênfase no aspecto manipulador do jornalismo moderno, presente desde sua dissertação e tese doutoral, veio a ser ponderada, à medida que sua leitura sobre o fenômeno se sofisticou. Visto o argumento de que a passagem da imprensa político-opinativa — modelo de produção artesanal, no qual o proprietário da folha era também quem escrevia — para a imprensa-empresa — modelo de produção de massa, no qual separava o proprietário dos jornalistas e intelectuais — não diminuiu o papel dos jornais como agentes políticos, mas instalou a seguinte contradição entre as esferas pública e privada:

> Quando os jornais se transformam em empresas, passaram a produzir uma mercadoria específica: a "mercadoria política". Essa dupla identidade (comercial e política)

> acabou permitindo que a “grande imprensa”, instituição pública, continuasse interferindo na política em nome da “opinião pública” e, na condição de instituição privada, atuasse como empresa comercial geradora de lucro. Essa dupla inserção permitiu que os donos de jornais justificassem suas opiniões e intervenções políticas como representativas da “opinião pública” (CAPELATO, 2015, p. 122).

Para analisar criticamente a imprensa como tal fenômeno de natureza contraditória, far-se-iam necessárias pelo menos duas operações metodológicas. A primeira consiste no exame dos aspectos externos do jornal, por meio da coleta de dados que não são encontrados folheando as páginas do periódico, mas em arquivos públicos ou em depósitos da própria empresa jornalística. Nesta etapa, o jornal deve ser problematizado enquanto tal instituição singular, em compasso com a conjuntura do país. Há de se levar em conta, aqui, “as concepções ideológicas de seus proprietários e dos jornalistas responsáveis pela parte redacional do periódico, além dos interesses políticos e econômicos aos quais estão vinculados” (CAPELATO, 2015, p. 130). Ou seja, compreender o jornal-empresa enquanto ator político, desde seu contexto histórico.

Emerge dessa operação metodológica as questões que estruturam e motivam a prática de pesquisa histórica do fenômeno. Qual é a data de início e de término da publicação, ou o periódico segue em circulação? O alcance é setorial, municipal, estadual ou nacional? Quem é o público-alvo do produto jornalístico? Quem foram os proprietários que montaram o jornal, e quem são seus substitutos? Como ocorreu o processo de venda ou troca de comando da empresa? Qual foi a origem do capital e dos recursos posteriores obtidos pelo empreendimento? Quem são os principais anunciantes, e como eles se relacionam com os compromissos econômicos, políticos e sociais estabelecidos pelos representantes do jornal? Quais são as indicações de relações dos dirigentes do periódico com empresários e políticos?

É fundamental observar como os compromissos que os representantes da imprensa estabelecem na esfera privada constam em sua atuação na esfera

CC BY

pública. Existe, consequentemente, entre as duas esferas uma relação conflituosa. Logo, "o conhecimento dos dados referentes aos membros que compõem a parte editorial e empresarial é importante porque permite verificar em que medida essas informações interferem na conduta do jornal". Posto que os compromissos comerciais, estabelecidos pelos representantes das empresas, agem como um limitador da liberdade de imprensa, "um dos pressupostos básicos de uma instituição dessa natureza" (CAPELATO, 2015, p. 133-134).

A investigação em torno dos aspectos externos do jornal fornece subsídios para enriquecer criticamente a leitura do conteúdo veiculado pelo mesmo. Daí começa a análise dos aspectos internos do periódico, interessada, por exemplo, nas escolhas editoriais. Deve-se tomar nota dos artigos informativos e opinativos, mas também dos demais conteúdos, como as imagens que ilustram os textos e os anúncios que os acompanham, reparando como tais elementos estão dispostos e dão formas visuais às páginas. É o caso, ainda, de perceber as estratégias utilizadas pelos editores para atrair os leitores e estimular a "compra" das notícias.

> A concepção dessa parte, sobretudo a que se refere à formatação da primeira página — "cartão de visita" — da edição, fica a cargo de profissionais que figuram na lista dos mais bem pagos pela empresa. Eles dedicam atenção especial à primeira página, na qual se concentram todos os recursos persuasivos usados para estimular a compra dessa mercadoria específica que vende, num mesmo produto, informações, ideias e anúncios comerciais (CAPELATO, 2015, p. 132).

O estudo dedicado à *Folha de S. Paulo* ilustra esse modelo metodológico. Ao lado de Mota, Capelato analisou os compromissos ideológicos de cada dirigente, e depois voltou-se ao exame do conteúdo jornalístico em si. Na primeira fase, entre 1921 e 1931, o periódico foi caracterizado por um projeto popular, com uma visão urbana e fiscalista, visando penetração na classe média urbana e na classe operária. Enquanto na fase seguinte, o que predominou foi o

CC BY

caráter ligado à burguesia rural, durante a gestão de Alves de Lima, de 1931 até 1945.

A terceira fase, entre 1945 e 1962, teria sido marcada pela implantação da visão empresarial de Nabantino Ramos, modernizando o jornalismo praticado pela empresa. Apesar de se definir como expressão da classe média, o jornal deixou de falar em nome de uma só classe, e tentou representar genericamente o bem comum, almejando alguma agência na consolidação da democracia, pós-Estado Novo. A partir da chegada de Frias-Caldeira nos anos 1960, o jornal experienciou maior reorganização financeiro-administrativa e tecnológica, e vislumbrou atuação imparcial, abrigando opiniões contrárias.

> A *Folha* foi entendida, neste estudo, como um jornal de "classe média", bastante típico, seja em seus eventuais jacobinismo, fiscalismo em relação ao Estado, reformismo, antipopulismo e democratismo. Como regra geral, suas flutuações acompanham as alterações das chamadas "classes médias" urbanas de São Paulo, da ironia de Juca Pato nos anos 20 às atuais incertezas dos setores intermediários da população, que vêem seus salários corroídos pela inflação galopante dos últimos anos (MOTA; CAPELATO, 1980, p. iv-v).

Em um estudo cujo enfoque é a história da ideologia que orienta as opiniões expressas pelo jornal, a pesquisadora sugere privilegiar a análise dos editoriais, pois avalia que esse espaço é "destinado à exposição das ideias e causas defendidas pelos donos dos periódicos" (CAPELATO, 2015, p. 131). Essa estratégia também configurou a sua dissertação de mestrado e a tese de doutorado. Com base no exame dos editoriais de jornais como *O Estado de São Paulo*, ela buscou compreender o significado da ideologia liberal no Brasil, e como os representantes da imprensa paulista entendiam e divulgavam tais visões políticas, no período de transição da Primeira República para o Estado Novo.

Passemos, agora, a detalhar como essas orientações teóricas e estratégias metodológicas constam em sua prática de pesquisa e reflexão sobre a imprensa.

Resultados da pesquisa em história da imprensa

Relata-se que a imprensa começou a desempenhar uma função especialmente política no decorrer do século XVIII, ao se destacar como difusora das opiniões daqueles que se opuseram ao Antigo Regime. Assim, o que se estabeleceu na Europa foi a chamada imprensa opinativa. Os jornais eram criados com o objetivo de expressar os ideais de seus proprietários, não sendo o lucro sua finalidade. Esta situação veio a mudar no século XIX, quando a imprensa entrou em moldes empresariais.

Conforme a estudiosa, tal síntese pode ser extraída do modelo de esfera liberal burguesa de Jürgen Habermas, que periodiza a imprensa em quatro fases:

> a primeira diz respeito aos jornais que surgiram no início do capitalismo, na forma de pequenas empresas artesanais, que ofereciam lucro modesto e estavam ligadas exclusivamente à esfera privada; a segunda fase, definida pelo autor como "jornalismo literário", teve início quando certos escritores passaram a se valer da imprensa periódica para expressar publicamente suas opiniões; a terceira começou na Inglaterra, no final do século XVIII, numa época em que os periodistas se dedicaram à oposição política na condição de críticos do regime absolutista; na quarta fase, ocorrida na passagem do século, a organização do jornalismo passou a se orientar por moldes comerciais, e, desde então, as funções comerciais e as responsabilidades editoriais se separaram com o objetivo de dar conta do bom funcionamento da máquina imprensa (CAPELATO, 2015, p. 117).

Embora reconheça a imprensa enquanto uma instituição que desempenhou uma função política relevante ao longo da modernidade, a historiadora avalia que, ao definir essas quatro fases do jornalismo, o filósofo alemão "acaba demonstrando grande entusiasmo em relação à imprensa política quando enfatiza a ação libertadora dos jornais". Nesse aspecto, concorda com o

CC BY

filósofo francês Gérard Lebrun, para quem o frankfurtiano se deixou levar pelo charme da burguesia "arrazoadora" dos velhos tempos (CAPELATO, 2015, p. 117).

No Brasil, a transformação dos jornais em empresas teria se iniciado nas últimas décadas do século XIX, naquelas cidades que eram centros comerciais, como o Rio de Janeiro (ver BAHIA, 1990; BARBOSA, 2020). A modernização do jornalismo brasileiro estaria relacionada à transição para o modelo capitalista estabelecido pela imprensa norte-americana de informação, que concebia a notícia como mercadoria. Atribuindo maior importância à informação, "os periódicos assumiram um novo formato devido à introdução de um maquinário moderno que exigia elevado montante de capital" (CAPELATO, 2015, p. 118).

Esse processo de modernização é explicado pela historiadora dentro do quadro das mudanças que ocorreram na própria sociedade brasileira, envolvendo as esferas "econômica (desenvolvimento econômico caracterizado pelo avanço da industrialização, modernização tecnológica e urbanização), social (passagem do trabalho escravo para o trabalho livre) e política (fim do Império e instauração da República)" (CAPELATO, 2015, p. 118). Significa que o fenômeno jornalístico é analisado em relação às condições históricas que o determinaram, em vez de ser pensado em si mesmo. Tratar-se-ia de agente que influiu nas circunstâncias sociais mais gerais, visto que não se pode negar que a imprensa ampliou o direito à informação, tornando-se mecanismo para o funcionamento da democracia.

Organizadas sob a forma de sociedades anônimas, as empresas jornalísticas passaram a obter recursos por meio de anúncios publicitários, oriundos muitas vezes de órgãos partidários. Os interesses econômicos que configuraram a imprensa como organização privada, passaram a conviver com sua função pública enquanto intermediária de informações entre os cidadãos e os governantes. Apesar da transição da chamada imprensa de opinião para o modelo norte-americano baseado na informação, os jornais não teriam perdido o protagonismo no processo político. Pelo contrário, a grande imprensa não só esteve presente nos episódios da história política do Brasil, desde a Proclamação

CC BY

da República em 1889, como teria desempenhado um papel decisivo no rumo dos acontecimentos da nação.

Quer dizer que, embora "superada" a fase da imprensa de opinião, os periodistas não se ausentaram do debate político. Entrando para a fase comercial, os grandes jornais seguiram articulando e apoiando inúmeros movimentos contra ou a favor dos governos. Entretanto, a participação do debate público tornou-se marcada por movimentos ardilosos, visto que, ao longo da modernidade capitalista, os periodistas necessitavam camuflar seus interesses particulares para manter certa imparcialidade no relato dos acontecimentos:

> Com o artifício da impessoalidade ocultava-se o poder pessoal que se diluía na aparência de um poder sem sujeito. A imprensa ficava, assim, descaracterizada como instrumento de interesse particular. Graças a essa astúcia, ela era apresentada ao público leitor como expressão dos altos valores eternos, universais e, consequentemente, como apartidária, apolítica e impessoal. Envolta nessa couraça, podia se lançar, com suas poderosas armas, na luta política, anunciando-se como defensora da verdade, valor supremo das Luzes (CAPELATO, 1994, p. 57).

Interessada em compreender as nuances adquiridas pelo fenômeno na sociedade capitalista, a historiadora trabalhou em pesquisa sobre os projetos ideológicos dos periodistas liberais, que se consideravam "intérpretes das luzes", buscando evidenciar como eles interferiram no jogo político. A leitura dos editoriais dos diários paulistas, publicados entre 1920 e 1940, permitiu que ela verificasse posicionamentos contrários à República Velha e, posteriormente, aos rumos da Nova República, que terminaria na Era Vargas.

Também no Brasil aqueles que se apresentavam como "intérpretes das luzes" julgavam que sua tarefa era tanto vigiar os abusos dos governantes quanto impedir a rebelião dos populares ignorantes. Em outras palavras, os representantes da grande imprensa brasileira se posicionavam como anteparo entre o governo abusivo e corrupto e o povo potencialmente rebelde (CAPELATO,

1994, p. 63). A pretensão era, portanto, de atuar como quarto poder, sendo eles os formadores da opinião pública, como arautos do liberalismo.

Longe de ser sinônimo de democracia, o liberalismo é percebido, aqui, como uma teoria de dominação social. Pois, eles "acreditavam, ou faziam crer, que essa nobre missão só poderia ser desempenhada por seres portadores de atributos especiais, ou seja, os que detinham um saber capaz de interpretar a realidade e traduzi-la para o leitor". Ainda segundo a estudiosa, "essa crença se tornou possível devido ao reconhecimento que os periodistas, muitos deles membros das elites nacionais, conquistaram na sociedade", garantindo legitimidade à atuação na vida política nacional (CAPELATO, 2015, p. 124).

A análise histórica não deixa de evidenciar que, por outro lado, nos períodos de autoritarismo, os próprios jornais liberais foram silenciados e tiveram em suas redações agentes nomeados pelo presidente para vigiá-los e, frequentemente, censurá-los. Cita-se o exemplo dos proprietários do *O Estado de São Paulo* que tentaram reagir às medidas repressivas impostas pelo Estado Novo, e o resultado foi a expropriação do periódico, em 1940. As ações eram comandadas pelo Departamento de Imprensa (DIP), com o aval do alto escalão da Presidência da República (CAPELATO, 1994, p. 69-70). Explicitando que:

> Assim como na Itália fascista, havia uma série de assuntos e notícias proibidos pelo DIP — por exemplo, notícias que mostrassem ou sugerissem descontentamento ou oposição ao regime; temas ou notícias relativos a problemas econômicos (transporte, abastecimento, escassez e alta de preços dos produtos); divulgação de acidentes, desastres, catástrofes, naufrágios, queda de avião; incidentes como brigas, agressões, crimes, corrupção, suborno, processos, inquéritos, sindicâncias etc. (CAPELATO, 1999, p. 175).

A cooptação dos jornalistas pelos regimes ditatoriais não se explica apenas pela censura explícita, mas também pelas pressões financeiras. "Os jornais que desrespeitam as normas estabelecidas sofriam cortes de publicidade oficial. Além disso, o governo solicitava das empresas privadas que cortassem sua publicidade

CC BY

no veículo infrator. Mais eficiente era o controle das cotas de papel" (CAPELATO, 1994, p. 72). Foram raras, então, as empresas jornalísticas que não se deixaram corromper pelas verbas e favores estatais, embora não se deva ignorar os casos em que empresários e jornalistas buscaram e conseguiram explorar a situação em benefício próprio.

A questão central para a historiadora é, todavia, que a maioria dos veículos foi convertida em instrumentos do poder político. Segundo ela, os redatores basicamente cumpriram as tarefas que o Estado Novo atribuiu às empresas nas quais atuavam. Transformada em órgão oficioso, coube à imprensa periódica difundir a imagem do chefe de governo, enquadrando-se nos moldes do DIP. Com menos intensidade, o rádio também serviu de instrumento político ao varguismo, tratando de reproduzir os discursos e as notícias oficiais (CAPELATO, 1999, p. 173) – a despeito de outros estudos bem enfatizarem como o meio de comunicação foi muito além desse papel (por exemplo, HAUSSEN, 1997, p. 139-142).

Na análise de Capelato, dado o tamanho controle exercido pelo regime, as informações dissonantes ficaram impedidas de circular de forma massiva. Na tentativa de impedir a expressão de vozes de oposição, "negou-se o princípio da pluralidade da vida social, característica das experiências democráticas, substituindo-o pela proposta de construção de uma sociedade unida e harmônica" (CAPELATO, 1998, p. 19). Isso teria ocorrido à medida que todo um sistema propagandístico foi montado, visando a adoção de métodos de controle e persuasão alinhados às estratégias usadas pelos regimes na Alemanha e na Itália. Em que pese a orientação da propaganda nazifascista, as técnicas de manipulação e censura não foram simplesmente aplicadas à experiência brasileira, mas adaptadas. Por isso, a conclusão da autora foi de que a experiência por aqui conheceu características particulares e produziu resultados diferentes em relação ao modelo europeu (CAPELATO, 1997).

Sua análise histórica, entretanto, permite constatar que, apesar da importância dos meios de comunicação para divulgação das mensagens políticas,

CC BY

não se pode superestimar a efetividade de seu uso enquanto instrumentos de controle das consciências:

> As teses que insistem na onipotência da propaganda política não levam em conta o fato de que ela só reforça tendências já existentes na sociedade e que a eficácia de sua atuação depende da capacidade de captar e explorar os anseios e interesses predominantes num dado momento. Cabe lembrar que mesmo os regimes que levaram esse controle ao extremo não conseguiram atingir o objetivo de formar a "opinião única" (CAPELATO, 1999, p. 177-178).

Tal constatação "não implica menosprezo da importância da propaganda política", tendo em vista que ela foi "um dos pilares de sustentação do poder" (CAPELATO, 1999, p. 178). Todavia, como se reconhece, há casos em que os meios testaram sua força política e buscaram intervir no debate em sentido contrário. Por exemplo, após a vitória eleitoral de Vargas em 1951, é sabido do movimento de oposição orquestrado pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, fundado por Carlos Lacerda, líder da União Democrática Nacional. E na década seguinte, a imprensa teria sido peça fundamental na queda do governo de João Goulart, herdeiro político de Vargas. Após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, os proprietários dos veículos de comunicação, nos quais já se incluiu as emissoras de televisão, "que se opunham ao novo governante não se limitaram apenas ao uso de suas estratégias convencionais, mas também participaram das articulações do golpe de 1964 promovidas em reuniões com militares, empresários e políticos golpistas" (CAPELATO, 2015, p. 129).

A historiadora admite, no entanto, que a posição da grande imprensa em face do regime conheceu várias fases — "do apoio unânime ao golpe de 1964 à oposição majoritária no pós-1968". E, por essa variação de comportamento, a atuação de seus representantes não deve ser interpretada de modo homogêneo, visto que "os jornais demonstraram sua importância tanto no papel de defensores do poder e propagandistas de suas políticas, como na condição de opositores ao regime quando consideraram esgotadas as possibilidades do projeto autoritário"

CC BY

(CAPELATO, 2014, p. 304). Significa que seu exame histórico não se fecha a um acontecimento isolado, demonstrando sensibilidade para registrar, pelo menos, as alterações mais significativas da cobertura jornalística, no período em que os militares estiveram no poder.

Sobre a atuação dos periódicos no Rio de Janeiro, fala-se do *Correio da Manhã* que integrou o movimento para a queda de Vargas e, em seguida, participou da articulação do golpe contra o governo de Goulart. O *Jornal do Brasil* que também participou da articulação do golpe de 1964, e *O Globo* que cresceu fortemente a partir do início da ditadura militar. Posturas semelhantes teriam sido vistas na imprensa paulista. Sob nova direção, a *Folha de S. Paulo* foi modernizada e se transformou no jornal de referência no país, a partir dos anos 1960. Assim como *O Estado de São Paulo*, que era inicialmente favorável à presença militar na presidência, a empresa adquirida pelo grupo Frias-Caldeira apresentou formas de oposição aos militares ao passo que as medidas autoritárias foram amplificadas:

> A partir dos primeiros Atos Institucionais, as posições dos jornais foram se diferenciando: OESP e *Correio da Manhã* tornaram-se opositores logo após a decretação do AI-2 e sofreram as consequências dessa mudança de posição; o JB apoiou o regime até a decretação do AI-5, quando passou a ser perseguido; a FSP, como só se posicionou contra o governo militar na fase final do regime, foi menos visada. Já *O Globo* demonstrou apoio irrestrito aos governos militares durante todo o período, razão pela qual foi amplamente beneficiado pelo poder: Roberto Marinho tornou-se proprietário do maior conglomerado de comunicação do Brasil e um dos maiores da América Latina (CAPELATO, 2014, p. 313).

Sua pesquisa histórica ressalta, portanto, as principais continuidades e rupturas que marcaram a trajetória da imprensa brasileira, bem como os posicionamentos semelhantes e distintos entre os grandes diários. Também chama atenção para a intensificação da agência ideológica do jornalismo na vida

CC BY

social, acrescentando que "não só a imprensa como os outros veículos de comunicação de massas ampliaram muito esse poder inicial ao se tornarem indústria, das mais poderosas, que detém poder econômico e político". Em razão disso, avalia que "sua capacidade de conquistar os 'corações e mentes' aumentou significativamente" (CAPELATO, 2013, p. 55), desde seu surgimento até os dias atuais – o que diverge, cabe atentar, do que pensam outros historiadores do jornalismo, inclusive anteriores.

Discussão acerca das suas proposições historiográficas

Reconectando os argumentos acima ao seu modo de estudo empírico, podemos verificar que *O bravo matutino* (1980) e *Os arautos do liberalismo* (1989) estão interligados desde o ponto de vista analítico, pois buscam desenvolver argumentação em linha com a tese de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1969). Para a historiadora da imprensa liberal, a socióloga demonstrou "que o liberalismo é uma teoria que justifica a desigualdade social ao definir que o indivíduo 'ser político' era o proprietário, restando aos trabalhadores apenas a propriedade do próprio corpo, no que se distinguiam do escravo" (CAPELATO, 2016, p. 191). Como ideologia, acaba por justificar o direito à propriedade na medida em que, na teoria liberal, somente os cidadãos proprietários possuíam o direito de participar da vida política.

Ou seja, contrapõe-se à tese de Roberto Schwarz (1977) de que as ideias liberais, por serem importadas, estariam "fora do lugar" ou deslocadas na realidade brasileira. Embora sendo uma ideia importada, o liberalismo foi recepcionado e assimilado no Brasil no contexto escravocrata. Consequentemente, o liberalismo não poderia ser interpretado em oposição à escravidão, ou em descompasso com tal realidade, mas em sentido de articulação, pois foi justamente nessas condições que se desenvolveu e adquiriu características que o distingue desde sua matriz anglo-saxônica. Essa foi a visão de liberalismo que Capelato trouxe em seu exame sobre a ideologia presente nas opiniões difundidas pela imprensa paulista.

O que predomina em seus primeiros estudos monográficos é, em suma, o entendimento do jornalismo como instrumento ideológico, sendo meio de expressão de uma classe hegemônica, por meio do qual é possível intervir no campo da política e exercer controle social, manipulando a opinião pública nacional (CAPELATO, 1988/1994). Ao longo das décadas, essa concepção instrumental foi relativizada, visto que o jornalismo passou a ser também definido como ator político (CAPELATO, 2014). Isto é, uma força ativa na sociedade, que não se reduz a servir de instrumento à elite econômica e política.

A pesquisadora desenvolve, é verdade, análise das tendências liberal-conservadoras da imprensa sem transformar tais características em categorias generalizantes, por outro lado, seu aparato teórico-metodológico subordina não raramente a história do jornalismo à história das ideologias e da cultura política. Por exemplo, é na teoria política de John Locke e do Iluminismo francês – e não em uma teoria do jornalismo – que ela busca os fundamentos sobre os quais se assenta o pensamento e a atuação de *O Estado de S. Paulo* (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 91). Ainda que, nesse sentido, enfatize que a imprensa é um constructo humano que não apenas veicula ideias, mas é corresponsável por gestá-las:

> As ideias não são entendidas, portanto, como algo exterior a esse mundo, mas como substância mesma da tarefa dos intelectuais que se expressam, através das ideias — suas matérias primas — sobre a realidade vivida, que eles procuram, ao mesmo tempo, traduzir e modificar. Nesta perspectiva, diversa da história das ideias ou história intelectual que não leva em conta a dimensão extratextual dos documentos analisados, pretendemos explorar a relação entre as ideias e a dinâmica social no período em que foram gestadas (CAPELATO, 2005, p. 349).

Significa que *O bravo matutino* (1980) e *Os arautos do liberalismo* (1989) são estudos que enfatizam as representações políticas expostas pela imprensa paulista, deixando em segundo plano os aspectos referentes à história propriamente do jornalismo, entendido como um conjunto de práticas sociais e

CC BY

profissionais, com atravessamentos éticos e práticos, bem como questões de linguagem e estilo. Em vez do estudo desses elementos, as investigações em tela se ocupam muito mais de mostrar a imprensa como instrumento de modelagem da opinião, descortinando os componentes conservadores da ideologia liberal de seus dirigentes. O objetivo limita-se, portanto, "à análise das ações, reformulações e acomodações que, no período estudado, se sucedem no pensamento dos representantes do periódico, indicando em que medida as mudanças de conjuntura política e econômica alteram as linhas de reflexão do jornal" (CAPELATO; PRADO, 1980, p. xxii).

Em ambos os casos de estudo consta um tipo de determinismo econômico-político, que se convencionou a chamar de teoria marxista do "reflexo". Ocorre que o principal objetivo da pesquisa não diz respeito à história dos jornais em si, mas, antes, ao significado do suposto projeto ideológico sustentado pelos dirigentes da grande imprensa. Em suas palavras, trata-se de evidenciar como a atuação política notadamente do *O Estado de São Paulo* "se orientava por um projeto idealizado para o Brasil e, para São Paulo, cujas bases se prendiam ao corpo de ideias que compõem a doutrina liberal" (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 23). O jornalismo é concebido, nesse sentido, como um espelho da esfera política nacional, embora seja simultaneamente reconhecido como um espaço privilegiado de mediação de ideias e disputas políticas.

História da Folha de S. Paulo (1980), por sua vez, é um estudo sobre o periódico em si. Sua trajetória é reconstruída desde a fundação em 1921, quando se denominava *Folha da Noite*, até o período de redemocratização do país, quando já estava consolidado como *Folha de S. Paulo*. Os quatro principais períodos da história da empresa são demarcados, a partir do perfil ideológico de seus proprietários, em que pese o objetivo final não deixar de ser a historização do jornal em si. Todavia, como naquelas duas monografias, também aqui o jornal é interpretado como uma síntese das manifestações ideológicas de seus dirigentes. Quer dizer que, para Capelato, a história do jornalismo é sempre, em

CC BY

última instância, a história dos interesses políticos daqueles que detêm os meios de informação e opinião.

Esse entendimento de que os jornais devem ser identificados, acima de tudo, como portadores de ideologias tem estreita relação com a estratégia metodológica que predomina em sua prática de investigação, desde a pós-graduação nos anos de 1970. Ao nosso juízo, a supervalorização dos editoriais como fonte de estudo torna-se problemática à sua pesquisa histórica, à medida que atribui aos editoriais um papel de centralidade no processo, deixando de fora da análise elementos igualmente ou mais importantes, como o fato de que as visões do grupo dirigente e/ou dos jornalistas não são expressas exclusivamente nos artigos de opinião, mas participam conflituosamente do processo de construção das notícias.

O exame dos editoriais combinado ao do perfil dos proprietários das empresas lhe permite apresentar, com clareza, as tendências político-ideológicas da imprensa brasileira. Todavia, será que o posicionamento assumido pelos dirigentes das folhas se reflete automaticamente no noticiário, sendo este um lugar livre de contrariedades? Será que os editoriais possuem tal relevância a ponto de serem identificadores do tipo de jornalismo que um veículo pratica? Mesmo que assim fosse, será que os editoriais possuem tamanha influência no processo de modelagem da opinião pública, como pressupõe? Ao nosso ver, esse não é o caso e, por essa razão, se torna um ponto problemático na pesquisa.

Tais questões não impediram que sua abordagem exercesse influência sobre vários estudos posteriores, a exemplo de *A democracia impressa* (2009), de Heber Ricardo da Silva, que selecionou editoriais de diários como *Folha da Manhã* e *O Globo* para investigar quais foram os posicionamentos emitidos no episódio de cassação do Partido Comunista do Brasil, entre 1947 e 1948. A conclusão foi de que, embora os jornais se declarassem liberal-democratas, porém, anticomunistas, eles se distinguiam em atuação política e apoio às medidas arbitrárias do então presidente Eurico Gaspar Dutra. Em linha semelhante, Francisco Fonseca voltou-se, em *O consenso forjado* (2005), ao

processo de implantação do que caracterizou como agenda ultraliberal, entre os governos de José Sarney (1985-1990) e de Fernando Collor (1990-1992). Constatou que, apesar de distintos em termos editoriais, os órgãos de imprensa adotaram posições contrárias ao campo que diziam defender: o da democracia liberal, à medida que se mostraram entidades arraigadas ao conservadorismo reacionário.

A título de conclusão, basta-nos observar ligeiramente como trabalhos do tipo acabam por retomar e reforçar o modo de estudo visto em Capelato, sobretudo no transcorrer da década de 1980. Embora muitas vezes fechadas à ideia do jornalismo enquanto instrumento de manipulação de interesses, suas contribuições historiográficas ainda representam — justamente, talvez, por seu determinismo ideológico — um marco no que concerne a uma perspectiva política nos estudos históricos da imprensa brasileira. Em grande parte, estudos esses preocupados com o poder dessa instituição singular de intervir nos rumos da nação.

Cabe atentar, para terminar, que essa reflexão não é a mesma daquela exposta na análise marxista de Werneck Sodré (1966), para quem os jornais são meios de luta de esclarecimento da opinião, não sendo o predomínio da imprensa mercadológica um impedimento de tensões, pois sobrevivem antagonismos entre os vários setores. Mesmo que ainda dentro da historiografia marxista, a reflexão de Capelato, sem deixar de ser crítica, não avança dialeticamente nessa direção, embora esteja de acordo com o pioneiro de que a transformação em grande empresa importa no aumento do poder político do jornalismo.

Referências

ALTAMIRANO, Carlos. Élites culturales en el siglo XX latinoamericano. *In*: ALTAMIRANO, Carlos (org.). **Historia de los intelectuales en América Latina II**: los avatares de la "ciudad letrada" en el siglo XX**.** Buenos Aires: Katz Editores, 2010. p. 9-30.

CC BY

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**: história da imprensa brasileira. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio**: imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BARROS, José d'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Vozes, 2023.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **A imprensa periódica como objeto de instrumento de trabalho**: catálogo da Hemeroteca Júlio Mesquita do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. 1976. 300 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. *In*: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia (org.). **História das Américas**: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas/CAPES, 2015. p. 114-136.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, [1988] 1994.

CAPELATO, Maria Helena. A propaganda política no varguismo e no peronismo: aspectos teórico-metodológicos de uma análise sobre história política. **História: questões & debates**, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 196-218, jan./dez. 1997.

CAPELATO, Maria Helena. Cuadernos Hispanoamericanos: ideias políticas numa revista de cultura. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 344-370, jul. 2005.

CAPELATO, Maria Helena. Entrevista com Maria Helena Capelato. [Entrevista cedida a] Thiago Mourelle e Orlando de Barros. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 11-17, jul./dez. 2017.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa como fonte para a história do tempo presente. *In*: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014. p. 299-315.

CAPELATO, Maria Helena. Mídia e populismo/Populismo e mídia. **Contracampo**, Niterói, v. 28, n. 3, p. 52-72, dez./mar. 2013.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. O controle da opinião e os limites da liberdade. Imprensa paulista (1920-1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 65-75, 1994.

CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo**: imprensa paulista, 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. *In*: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 167-178.

CAPELATO, Maria Helena. Uma historiadora do tempo presente. [Entrevista cedida a] Josineide da Silva Bezerra, Regina Maria Rodrigues Behar e Tiago Bernardon de Oliveira. **Sæculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 35, p. 189-207, jul./dez. 2016.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo". São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, n. 35, p. 253-270, ago./dez. 2007.

DAROS, Otávio. A história cultural da imprensa de Marialva Barbosa. **E-Compós**, Brasília, p. 1-25, 2025.

DAROS, Otávio. A imprensa pela perspectiva da história oral: a contribuição de Alzira Alves de Abreu. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 129-146, 2023.

DAROS, Otávio. Características da imprensa periódica como fonte histórica. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 40, p. 1-6, 2024.

DAROS, Otávio. **História e conhecimento do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2024.

DAROS, Otávio. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a historiografia oitocentista da imprensa. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1-28, 2023.

DAROS, Otávio. Todo publicista era um jornalista? A contribuição de Isabel Lustosa para a história da imprensa na Independência. **Luso-Brazilian Review**, Madison, v. 61, n. 1, p. 193-209, set. 2024.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil – 1880-1920**. Petrópolis: Vozes, 1978.

FONSECA, Francisco César Pinto da. **O consenso forjado**: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.

HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e política**: tempos de Vargas e Perón. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 8, n. 14/15, p. 54-94, 2010.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo** (1921-1981). São Paulo: Immpress, 1980.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**: pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ática, 1977.

PRADO, Maria Ligia. **América Latina no século XIX**: tramas, telas e textos. São Paulo: EDUSP, 1999.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RÜDIGER, Francisco; DAROS, Otávio. O pensamento marxista e a teoria do jornalismo no Brasil. *In*: HOHLFELDT, Antonio; FINGER, Cristiane (org.). **Interações comunicacionais**. Porto Alegre: Sulina, 2020. p. 13-34.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica. Teoria da história I**: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo, Duas Cidades, 1977.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Os exílios dos intelectuais brasileiros e chilenos, na França, durante as ditaduras militares: uma história cruzada. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, jun. 2007.

SILVA, Heber Ricardo da. **A democracia impressa**: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia**: Idade d'Ouro do Brazil. São Paulo: Cultrix, 1978.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. **Trajetórias intelectuais**: professoras do curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969). São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VILABOY, Sergio Guerra. Os fundadores da historiografia marxista na América Latina. *In*: MALERBA, Jurandir; AGUIRRE ROJAS, Carlos (org.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru: EDUSC, 2007. p. 319-353.